

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.720 - SP (2014/0167153-2)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : MARIA FRANCINEIDE DOS SANTOS**  
**RECORRENTE : WILSON BARROSO RODRIGUES**  
**ADVOGADOS : SÍLVIO BARBOSA LINO - SP097134**  
**ENÉAS DE OLIVEIRA MATOS - SP149130**  
**RECORRENTE : EMPRESA DE ÔNIBUS GUARULHOS S/A**  
**ADVOGADOS : JOARA RIBEIRO COELHO E OUTRO(S) - SP255156**  
**VINICIUS TADEU JULIANI - SP257546**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

## **EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. EMPRESA DE ÔNIBUS GUARULHOS S.A. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE TRÂNSITO. CULPA PELO ACIDENTE. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DEMONSTRADA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. NECESSIDADE DE REEXAME DOS FATOS DA CAUSA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PENSÃO VITALÍCIA. TERMO INICIAL AOS 14 ANOS DA VÍTIMA E TERMO FINAL DATA EM QUE A VÍTIMA COMPLETARIA 65 ANOS DE IDADE. PRECEDENTE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.**

## **DECISÃO**

MARIA FRANCINEIDE DOS SANTOS e WILSON BARROSO RODRIGUES (MARIA e WILSON) ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais contra EMPRESA DE ÔNIBUS GUARULHOS S.A. (ÔNIBUS GUARULHOS) em virtude do acidente que causou a morte de sua filha.

Em primeiro grau, a ação foi julgada improcedente.

MARIA e WILSON apelaram e o TJSP deu parcial provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

*ACIDENTE DE VEÍCULO - ATROPELAMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL GARANTIDOR AFASTADO - DESPESAS COM FUNERAL AFASTADO - DANO MORAL CONFIGURADO PENSÃO MENSAL DE UM SALÁRIO MÍNIMO DESDE A DATA DO DANO - 13º SALÁRIO E FGTS EXCLUÍDOS - JUROS À PARTIR DO EVENTO DANOSO - CORREÇÃO MONETÁRIA*

# Superior Tribunal de Justiça

DESDE A PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO - SENTENÇA REFORMADA - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA (e-STJ, fl. 390).

Os embargos de declaração opostos por MARIA e WILSON foram acolhidos para determinar a constituição de capital garantidor (e-STJ, fls. 411/415).

Irresignada, ÔNIBUS GUARULHOS interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando (1) a violação dos arts. 165 e 458, do CPC/73 e 93, IX, da CF em relação à falta de fundamentação do acórdão recorrido no que se refere a culpa da vítima e de seus responsáveis; (2) alegou que, no mínimo, deve ser reconhecida a culpa concorrente; (3) a negativa de vigência do art. 948 do CC/02 no que se refere à existência de dissídio jurisprudencial quanto à indenização por lucros cessantes, visto que a vítima era menor e não trabalhava; e, (4) que deve ser corrigido o termo inicial da pensão para a data em que a vítima completasse 14 anos, sendo devido o redimensionamento dos valores fixados de acordo com a idade.

Não foi apresentada contrarrazões (e-STJ, fl. 646).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece parcial provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

## (1) e (2) Da culpa da vítima

ÔNIBUS GUARULHOS sustentou a violação dos arts. 165 e 458, do CPC/73 e 93, IX, da CF em relação à falta de fundamentação do acórdão recorrido no que se refere a culpa da vítima e de seus responsáveis. A alegou que, no mínimo, deve ser reconhecida a culpa concorrente.

O TJSP consignou que "*não foi comprovada a culpa exclusiva da vítima*" (e-STJ, fl. 392).

Dessa forma, para se chegar à conclusão diversa da que chegou o eg.

# Superior Tribunal de Justiça

TJSP que entendeu pela culpa do motorista da empresa e o dever de indenizar, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente inviável na instância especial.

Com efeito, não se mostra plausível nova análise do contexto probatório por parte desta Corte Superior, a qual não pode ser considerada terceira instância recursal.

No mais, referida vedação encontra respaldo na Súmula nº 7 desta Corte: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

Registra-se que não houve a oposição de aclaratórios para discutir eventual culpa concorrente, como pretendido pela parte nas razões do presente apelo nobre, sendo inviável a análise do tema em virtude da falta de prequestionamento.

O acórdão deve ser mantido quanto ao ponto.

## (3) e (4) Da pensão

ÔNIBUS GUARULHOS aduziu a negativa de vigência do art. 948 do CC/02 no que se refere à existência de dissídio jurisprudencial quanto à indenização por lucros cessantes, visto que a vítima era menor e não trabalhava; e, que deve ser corrigido o termo inicial da pensão para a data em que a vítima completasse 14 anos, sendo devido o redimensionamento dos valores fixados de acordo com a idade.

O TJSP determinou o pagamento da pensão mensal de 1 salário mínimo desde a data do dano, confira-se:

*A vítima, menor, com sete anos de idade, não exercia atividade laborativa, o que, entretanto, não elide a fixação de pensão mensal, dado o potencial de capacidade econômica que naturalmente surgiria ao longo de sua existência. Assim, deve a ré arcar com indenização mensal de um salário mínimo, desde a data do dano, excluído o décimo terceiro salário e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço [...] (e-STJ, fl. 392).*

O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado nesta Corte quanto à presunção da dependência econômica dos pais em relação ao filho menor falecido.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE.*

INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. MORTE DE FILHO MENOR. PENSÃO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do de cujus, cujas herdeiras são as ora recorrentes. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. **"Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, a dependência econômica dos pais em relação ao filho menor falecido é presumida, mormente em se tratando de família de baixa renda"** (AgRg no Ag n. 1247155/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/2/2012, DJe 29/2/2012).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.047.018/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 20/6/2017, DJe 29/6/2017)

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO MENOR. INDENIZAÇÃO AOS PAIS DO MENOR FALECIDO. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. REVISÃO. ART. 932, I, DO CÓDIGO CIVIL.

1. A responsabilidade dos pais por filho menor - responsabilidade por ato ou fato de terceiro -, a partir do advento do Código Civil de 2002, passou a embasar-se na teoria do risco para efeitos de indenização, de forma que as pessoas elencadas no art. 932 do Código Civil respondem objetivamente, devendo-se comprovar apenas a culpa na prática do ato ilícito daquele pelo qual são os pais responsáveis legalmente. Contudo, há uma exceção: a de que os pais respondem pelo filho incapaz que esteja sob sua autoridade e em sua companhia; assim, os pais, ou responsável, que não exercem autoridade de fato sobre o filho, embora ainda detenham o poder familiar, não respondem por ele, nos termos do inciso I do art. 932 do Código Civil.

2. **Na hipótese de atropelamento seguido de morte por culpa do condutor do veículo, sendo a vítima menor e de família de baixa renda, é devida indenização por danos materiais consistente em pensionamento mensal aos genitores do menor falecido, ainda que este não exercesse atividade remunerada, visto que se presume haver ajuda mútua entre os integrantes dessas famílias.**

3. Recurso especial conhecido parcialmente e, nessa parte, provido também parcialmente.

# Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1.232.011/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 17/12/2015, DJe 4/2/2016)

Contudo, esta Corte já consolidou o entendimento que a indenização pela morte de filho menor, que não exercia atividade remunerada, deve ser fixada na forma de pensão mensal equivalente a 2/3 do salário mínimo, desde os 14 até os 25 anos de idade e, a partir daí, reduzido para 1/3 até a data correspondente à expectativa média de vida da vítima, segundo tabela do IBGE na data do óbito ou até o falecimento dos beneficiários, o que ocorrer primeiro.

Confira-se o seguinte precedente:

*RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALECIMENTO DE MENOR IMPÚBERE VÍTIMA DE AFOGAMENTO EM PISCINA DE CLUBE ASSOCIATIVO. CULPA IN VIGILANDO. RESPONSABILIDADE CONCORRENTE DOS PAIS. NÃO OCORRÊNCIA. PENSIONAMENTO AOS PAIS. FIXAÇÃO DO TERMO FINAL. DATA EM QUE A VÍTIMA COMPLETARIA 65 ANOS DE IDADE, SOB PENA DE JULGAMENTO ULTRA PETITA, ASSEGURADO O DIREITO DE ACRESCER. RECURSO ESPECIAL DA RÉ DESPROVIDO E PROVIDO PARCIALMENTE O DOS AUTORES.*

*1. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes do falecimento de menor impúbere, com 8 (oito) anos de idade, respectivamente, filho e irmão dos autores, o qual, entre o término da aula na escolinha de futebol e a chegada do responsável para buscá-lo, dirigiu-se à área da piscina na companhia de seu irmão, de 7 (sete) anos, vindo a se afogar.*

*2. Os autores fundaram o pedido inicial de responsabilização da associação recreativa nos arts. 159, 1.518, e 1.537, I e II, do CC/1916, sob o enfoque da responsabilidade subjetiva da ré em face da omissão de seus prepostos como causa do fatídico acidente, razão pela qual o julgamento do recurso deve ser realizado sob esses parâmetros, sem a necessidade de pronunciamento a respeito da incidência ou não das normas consumeristas à hipótese, por se tratar de questão que ainda enseja cizânia tanto no campo doutrinário quanto jurisprudencial, dada a diversidade de situações envolvendo clubes recreativos que, a depender do caso concreto, poderá ou não atrair sua aplicação.*

*3. Tratando-se de acidentes em piscinas, poços, lagos e afins, em princípio, a responsabilidade de quem explora esse tipo de atividade é presumida, embora decorra da existência de conduta culposa, ou seja, proveniente da responsabilidade subjetiva, a qual só poderá ser elidida mediante a comprovação de alguma situação excludente prevista na lei, como motivo de força maior,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*fato de terceiro ou fato exclusivo da vítima.*

*4. No caso, conforme se depreende da moldura fática delineada pelo Tribunal estadual - o que afasta a incidência da Súmula 7/STJ -, não se verifica a presença de nenhuma circunstância que possa afastar a responsabilização da demandada pelo evento danoso e, conseqüentemente, pelo dever de indenizar os danos causados.*

*5. Diversamente, a partir do momento em que a associação recreativa permitiu que os pais deixassem os filhos menores impúberes na portaria do clube para frequentar as aulas na escolinha de futebol - o que inclusive se tornou corriqueiro -, aceitou a incumbência de guarda sobre eles, surgindo, em contrapartida, para ela o dever de zelar por sua incolumidade física ou demonstrar que, se não o fez, foi por algum motivo que escapou ao seu controle, a fim de tornar evidente que não incorreu em falta de vigilância ou não agiu com culpa.*

*6. A jurisprudência desta Corte tem reconhecido o dever de indenizar em decorrência de acidente em piscina, tendo por base a negligência quanto à segurança ou, em certos casos, o descumprimento do dever de informação (REsp n. 1.226.974/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 30/9/2014 e REsp n. 418.713/SP, Relator o Ministro Franciulli Netto, Segunda Turma, DJ de 8/9/2003).*

*7. Na hipótese, não deve ser acolhida a alegação de culpa concorrente dos pais, o que importaria em redução do valor da indenização, haja vista que, tendo havido a aceitação tácita por parte da associação do dever de guarda dos filhos dos autores, reside nesse fato o elemento ontológico da responsabilidade, o qual se sobrepõe à eventual ausência dos pais no momento do trágico incidente, como causa direta e imediata do dano.*

*8. Segundo precedentes deste Tribunal, é devido o pensionamento aos pais, pela morte de filho, nos casos de família de baixa renda, equivalente a 2/3 do salário mínimo ou do valor de sua remuneração, desde os 14 até os 25 anos de idade e, a partir daí, reduzido para 1/3 até a data correspondente à expectativa média de vida da vítima, segundo tabela do IBGE na data do óbito ou até o falecimento dos beneficiários, o que ocorrer primeiro. No caso, tendo os recorrentes formulado pedido apenas para que o valor seja pago até a data em que o filho completaria 65 (sessenta e cinco) anos, o recurso deve ser provido nesta extensão, sob pena de julgamento ultra petita.*

*9. Cessando para um dos beneficiários o direito ao recebimento da pensão, sua cota-parte será acrescida, proporcionalmente, em favor do outro.*

*10. Recurso especial da ré desprovido e provido parcialmente o dos autores.*

*(REsp 1.346.320/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/8/2016, DJe 5/9/2016)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso, tendo os autores formulado pedido apenas para que o valor seja pago até a data em que o filho completaria 65 anos, o recurso deve ser provido nesta extensão.

Assim, o acórdão merece ser reformado quanto ao ponto, devendo ser reconhecido o direito ao pagamento da pensão mensal aos genitores do menor no valor de 2/3 do salário mínimo, desde os 14 até a data em que a vítima completaria 25 (vinte e cinco) anos de idade e, a partir daí, reduzido para 1/3 do salário até a data em que a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos.

Nessas condições, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso especial interposto pela **EMPRESA DE ÔNIBUS GUARULHOS S.A.** para determinar o pagamento da pensão mensal, nos termos da fundamentação supra.

Fica mantido a sucumbência fixada na origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator